

O BRASIL EM EXPOSIÇÃO NO DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO DO CENTENÁRIO

Araci Alves Santos

Doutorando HCTE/UFRJ

araci2004@gmail.com

Nadja Paraense dos Santos

Professora HCTE/UFRJ

Nadja.paraense@gmail.com

INTRODUÇÃO

Além da realização da exposição internacional realizada na cidade do Rio de Janeiro, as comemorações do Centenário da Independência em 1922 possibilitaram a produção de diversas obras tais como manuais, revistas, filmes, álbuns da cidade e do estado do Rio de Janeiro e livros de várias áreas do conhecimento científico. (SANTOS, 2010). As produções em questão fizeram parte da exposição nos grupos: I Educação e Ensino ou II Instrumentos e processos gerais das letras, das ciências e das artes.¹

Algumas obras feitas no âmbito a exposição como o Livro de Ouro da Exposição, a História da Colonização Portuguesa no Brasil e o Dicionário Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil (DHGEB) pretendiam explicar o Brasil. Elas foram organizadas por comissões que tinham como membros renomados intelectuais membros às principais instituições científicas dos períodos. Ao mesmo tempo em que se revestem de um caráter histórico montando uma história do país que dialoga com a Exposição apresentando não só o passado e o presente, (a década de 1920), mas também as possibilidades de um futuro promissor para o Brasil. Apesar de terem sido pensados para a exposição de 1922, eles extrapolaram este objetivo inicial e apresentaram o Brasil de forma abrangente incluindo aspectos históricos, científicos, políticos, culturais, etc. Desta maneira acreditamos que são fontes importantes para conhecermos o país nas primeiras décadas do século XX.

Nora (1993) chama atenção que para ser considerado lugar de memória é preciso também que três aspectos coexistam, são eles: material, simbólico e funcional. Nessas obras temos o caráter material em forma de livros grandes, o simbólico na perspectiva de representarem a nação, ou de serem objetos da nação brasileira e o funcional por dois aspectos o de figurarem na exposição fazendo parte da mesma e por pretenderem nortear as informações sobre o país.

Neste trabalho temos como objetivo analisar como o DHGEB, uma obra situada historicamente no âmbito das comemorações do Centenário da Independência do Brasil representou a nação brasileira a partir dos elementos históricos, geográficos e etnográficos presente na mesma.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A proposta de se organizar o Dicionário Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil (DHGEB) foi aprovada anos antes do centenário da independência, em 1915, quando Edgar Roquette Pinto (1884-1954) e Max Fleiuss (1868-1943) apresentaram a idéia aos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro² (IHGB). Para dar seguimento ao projeto foi nomeada uma comissão dirigida por Benjamin Franklin Ramiz Galvão e composta por Augusto Tavares de Lyra, Antonio F. de S. Pitanga, Aurelino de A. Leal, Antonio Olyntho dos S. Pires, Laudelino Freire, Henrique Morize, Afrânio Peixoto dentre outros. (IHGB, 1922)

Foram elaborados questionários e enviados aos governadores dos estados, prefeitos, juízes, bispos dentre outros. O objetivo da comissão era coletar informações sobre os estados brasileiros de forma padronizada. Eram solicitados dados sobre etnografia, história e acidentes geográficos de cada região do país. No entanto não foi possível reunir a tempo todas as informações: *“Nesta emergência, e reconhecida a impossibilidade de organizar de modo satisfatório o Dicionário articulado, sem lacunas lamentáveis e dentro do prazo improrrogável, urgia seguíssemos outro rumo para dar conta da missão.”*(IHGB,1922,p.VI).

Dado o tempo exíguo para totalizar a obra, ela foi então organizada em dois volumes, o primeiro intitulado, “Introdução Geral” com monografias sobre o Brasil e o segundo abrangendo os seguintes estados: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Como não foram publicados outros volumes, nem todos os estados brasileiros aparecem na obra. Ribeiro (2011) destaca que o texto escrito por Antonio Americano do Brasil (1891-1932) sobre o estado de Goiás para fazer parte do dicionário acabou tornando-se o primeiro livro didático de história daquele estado:

Essa obra não chegou a ser publicada para esse fim, pois o Grande Dicionário Enciclopédico do Brasil, obra comemorativa dos cem anos da Independência para o qual o texto foi originalmente escrito, não chegou a ser editado. Apenas foi publicado o Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro, com verbetes sintéticos que onde se incluiu um pequeno texto sobre Goiás. (RIBEIRO, 2011, p. 1)

A uniformidade ortográfica foi fundamentada no dicionário Caldas Aulete e os nomes dos acidentes geográficos foram baseados no Atlas do Brasil do professor Olavo Freire.

O primeiro volume do DHGEB é composto de 37 capítulos divididos em 1674 páginas, nas quais procurou-se expor um panorama geral do Brasil, explorando a imagem de um país privilegiado em termos de território e de natureza. Para embasar essa imagem no primeiro capítulo os autores Brandenburger, Othello de Sousa Reis, Alfredo Lisboa, Carlos Carneiro tratam da posição geográfica, da superfície, dos limites e fronteiras, do litoral, das ilhas oceânicas, da iluminação da costa e da hora do Brasil.

Nos capítulos escritos pelo engenheiro Theodoro Sampaio, este procurou construir a imagem de um país imenso de natureza privilegiada. Destacou a orografia, a hidrografia, os minerais, a constituição geológica do país e também a Arqueologia Brasileira. Para Castro (2006)

O texto de introdução da obra, assinado pela Comissão, ressalta as particularidades da posição geográfica do “único país independente, cujo território se estende, ao mesmo tempo, dos dois lados do Equador e ainda além dos Trópicos”. Outro trecho significativo é o relativo à superfície, onde é ressaltado que além de ser um dos países mais extensos, “o Brasil apresenta a maior área ininterrupta ocupada por um só povo”. Mesmo para uma época em que a verdadeira extensão do país era ainda motivo de controvérsia, com dados desiguais, a valorização simbólica da grande extensão territorial era evidente. No capítulo relativo à Orografia do Brasil, Theodoro Sampaio descreve o relevo brasileiro, no mais puro estilo das explanações geográficas da época. Preocupado em fazer uma descrição minuciosa, ele porém destaca a beleza das paisagens das escarpas montanhosas, indica os rios e vales que cortam o relevo acidentado, a ocorrência de recursos minerais e as ferrovias que aqui e ali cortam o relevo. Em nenhuma parte da sua descrição é sugerido qualquer tipo de dificuldade deste relevo para a circulação ou para a exploração econômica ou ocupação humana.

Percebemos que o trecho destacado pela autora é composto de forma a criar uma harmonia entre território, povo e natureza. Se por um lado há uma exaltação da natureza, há também uma ênfase nas possibilidades científicas do Brasil. Notamos que no capítulo dedicado à “História das Explorações Científicas” Rodolfo Garcia defende a tese de que a investigação científica foi desenvolvida desde os primeiros dias do descobrimento como podemos acompanhar no trecho:

o bacharel mestre João, desembarcando em companhia de dois pilotos da frota descobridora na ilha de Vera Cruz, na manhã de segunda-feira, 27 de abril de 1500, com o propósito de tomar a altura do sol para saber em quantos graus estava aquella terra, o que fez, realizou incontestavelmente a primeira operação científica, de que há notícia nos documentos referentes ao Brasil.” (IHGB, 1922,p. 856)

Continuando o texto, ele menciona as expedições exploradoras do século XVI dando ênfase à expedição de Américo Vespúcio bem como a produção de mapas e a descrição da fauna e flora do novo mundo feitas a partir das expedições exploratórias:

A flora e a fauna tiveram como seus primeiros exploradores Vespucci, Thevet e Léry, que no próprio século da conquista descreveram plantas e animais, os exquisitos fructos dos trópicos e as aves vistosas das nossas florestas. (idem)

A ocupação francesa no Maranhão e principalmente a holandesa em Pernambuco constituíram segundo o autor momentos significativos nas explorações científicas no Brasil colonial.

O período holandês abriu uma brilhante época na historia das explorações no Brasil, abrangendo quase todos os ramos da ciência. Pies e Marcgrav, amparados pelo esclarecido Nassau, foram os propulsores desse movimento de tão dilatada extensão na província do saber humano. (IHGB, 1922, p.863)

Cita o discurso de posse no IHGB do doutor Juliano Moreira (1917) sobre o médico holandês Guilherme Pies (W. Pies) que veio para o Brasil em 1648. E segundo ele o médico holandês teria realizado varias observações científicas. Durante sua estadia no Brasil, colheu W. Pies as múltiplas observações medicas com as quais compôs sua- De medicina brasiliensi que é a primeira parte da historia naturalis Brasília, cuja primeira edição foi publicada em 1648. Descreveu a ipeca e suas qualidades emetocatharticas, das quaes aliás já se utilizavam os aborígenes, muito antes do celebre medico Adriano Helvetius. (idem)

Ele relaciona o trabalho das explorações científicas à produção de mapas dando destaque ao trabalho feito pelos jesuítas dos fins do século XVII é a mais diuturna das explorações do rio Amazonas. Deve-se ao padre Samuel Fritz, jesuíta alemão, que missionou entre os omaguas, de 1685 á 1725. (Revista do IHGB, T. 81, 1917). “Mas a sua contribuição mais justamente estimada, aquella que vale por uma esplendida revelação em matéria geográfica, foi o mapa do Rio Amazonas, denominado Mappa geográfica Del Rio Maranon Hecha por El padre Samuel Fritz. (p. 867). Jesuítas Diogo Soares e Domingos Capassi “peritos nas matemáticas”. Alvará de novembro de 1729. É de Domingo Capassi o Mappa Topográfico do porto do Rio de janeiro, feito em 1730. (IHGB,p.867)

Ainda neste capítulo são mencionadas as viagens de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792) e os trabalhos de João Vasco Manuel de Braun (1784) que explorou a região amazônica além da comissão científica que acompanhou a princesa e depois imperatriz Leopoldina.

Os outros capítulos que compõem o dicionário são: “História Científica” que se subdivide em História da Medicina no Brasil, escrito por Álvaro A. de Sousa e O Ensino Jurídico no Brasil de autoria de Elpidio de Figueiredo. Destaca-se o primeiro texto que apresenta um relato sobre a história das práticas medicinais no Brasil, desde os indígenas até os anos de 1920. Para Sousa, o século XVII foi marcado pelo trabalho dos holandeses, especialmente as pesquisas sobre animais e plantas do médico Guilherme Pies.

O DHGE também possui um capítulo de biografias escrito por Benjamin Franklin Ramiz Galvão, onde se pode ler uma síntese dos chefes de Estado de 1815 até 1920, passando por D. João VI, D. Pedro I, os governantes do período regencial, D. Pedro II, a princesa Isabel e os presidentes da República.

O capítulo sobre a Agricultura ficou a cargo da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) que procurou mostrar a diversidade da lavoura brasileira enfatizando o conhecimento dos povos indígenas:

Quando os primeiros colonizadores europeus aportaram ao Brasil, já os nossos aborígenes cultivavam a terra. E, pois muitas das valiosas e remuneradoras plantas, que hoje cultivamos em larga escala e que são importantes factores da nossa riqueza econômica, eram dele conhecida. Nesse caso estão, dentre outras, o fumo, o algodão, o milho, a mandioca e as variedades de batata doce, sendo delles que veio a lição proveitosíssima da utilidade do cacaueteiro, bananeira do castanheiro.

Relativamente às industrias extractivas, com elles aprendemos muitos processos, dentre os quaes o do preparo da borracha da seringueira, sendo ainda hoje segredo e privilegio de uma de nossas tribos indígenas, a dos maués, o preparo do guaraná, que a pharmacopéia moderna utiliza e consagra como medicamento sui-generis (IHGB, 1922, p. 464).

É citado o trabalho do engenheiro André Rebouças “*Le Brésil em 1889*” que dividia o Brasil em dez zonas agrícolas. O trabalho enfatiza o Ensino Agrícola, destacando os Institutos agrícolas criados no país, como por exemplo, o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e a Escola Superior de Agricultura de Medicina Veterinária destinada a formar Engenheiros Agrônomos e Médicos Veterinários: “*Como a colonização, o ensino agrícola era e é uma necessidade imprescindível entre nós, pois a sua ainda, insignificante diffusão - dada a extensão do nosso território é uma das causas do lento desenvolvimento da Agricultura nacional.*” (IHGB, 1922,p. 498)

O capítulo sobre a Indústria foi dividido em Indústria em geral escrito por Getulio das Neves e Indústria manufatureira escrito por F. T. de Sousa Reis. No texto sobre a indústria geral foram priorizados como fatores preponderantes para explicar as fases e o desenvolvimento industrial do território, o homem e o regime de Governo. “*Difficilmente encontrar-se outro território, que possa*

tão poderosamente influir na sorte das indústrias, e sobretudo tratando-se de um só e mesmo país.”(IHGB, 1922,p. 509)

No mesmo capítulo relaciona-se a difusão do ensino profissional á organização racional da indústria, destacando as seguintes instituições: a Escola Politécnica, a Escola de Minas de Ouro Preto, a organização das exposições nacionais e a participação do Brasil nas Exposições Universais.

não se contentou com isso o Império independente, e procurou também fora do paiz não só dar uma Idea da nossa civilização e progresso, como igualmente haurir ensinamentos de toda ordem, em grande parte destinados a aperfeiçoar as existentes e a crear industrias novas em nosso país. (IHGB, 1922, p.516)

A Higiene e a Saúde Pública também ganharam espaço no texto escrito por J. P. Fontenele. O autor ilustrou seu texto com o histórico das doenças que assolavam a capital da República e o trabalho desenvolvido por Oswaldo Cruz, acompanhado por tabelas com os dados da mortalidade causadas por doenças como a lepra, a tuberculose, a malária e a febre amarela no país nos anos iniciais da República. Temos também os dados referentes aos serviços de saneamento e profilaxia rural executados pela Comissão Rockefeller.

A instrução pública também foi contemplada no DGHB em um capítulo escrito por M.P. de Oliveira Santos, onde ele faz um balanço histórico da Educação no país desde o período colonial até a década de 1920, fazendo críticas aos períodos anteriores a República. (KUHLMANN JR, 1999).

CONCLUSÃO

A nossa pesquisa ainda está numa fase inicial e nesse primeiro momento apresentou o DHGB como uma fonte muito rica e diversificada sobre o Brasil na década de 1920. Evidenciamos que apesar de ter uma comissão empenhada em produzir uma obra monumental que colocasse o Brasil em projeção na Exposição, não foi possível concluir totalmente o projeto. O início ambicioso no qual se pretendia escrever vários volumes dedicados aos estados deu lugar a um projeto introdutório com informações gerais sobre o país e um segundo volume sobre alguns estados. O volume dedicado ao Brasil expõe a história, a geografia e a etnografia do país de forma a dialogar com o ideal do IHGB de unidade política e histórica da nação. Já o segundo volume traça um panorama mais específico de cada estado selecionado.

O Brasil foi exposto de forma abrangente no DHGB para concretizar o ideal de nação almejado pelo governo republicano no Centenário da independência, assim os diversos verbetes foram escritos de forma mais ou menos padronizada, buscando no processo histórico do país as causas dos problemas enfrentados nos anos republicanos. Por outro lado a geografia fora utilizada para exaltar o território o brasileiro, valorizando-se os aspectos naturais do país e as transformações empreendidas pelo homem brasileiro nesse território.

¹ A Exposição do Centenário da Independência do Brasil foi realizada entre setembro de 1922 e julho de 1923 na cidade do Rio de Janeiro. Foi dividida em 22 grupos de diversas atividades econômicas, sociais, culturais e científicas subdivididos em 131 classes.

² O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi criado em 1838, sob o patrocínio da Sociedade Auxiliadora Nacional, e destinava-se a organizar e guardar documentos para a escrita da história do Brasil. No âmbito das comemorações do centenário da independência do Brasil o IHGB também organizou o Congresso Internacional de História da América.

Referências Bibliográficas

CASTRO I. E. Do imaginário tropical à política. A resposta da geografia brasileira à história da maldição. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, vol. X, núm. 218 (11), 2006. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-11.htm>, acessado em 27/07/2011.

IHGB, *Diccionario historico, geographico e ethnographico do Brasil: Introducção Geral*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1685p, 1922.

KUHLMANN JR, M. Raízes da Historiografia Educacional Brasileira (1881-1922). *Caderno de Pesquisa*, no 106, 159-171, março, 1999.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História* (10), dezembro, São Paulo, 1993.

RIBEIRO, M. B. A. A História Ensinada em Goiás: Algumas considerações iniciais. Disponíveis em http://www.ufg.br/this2/uploads/files/112/35_MiriamRibeiro_AHistoriaEnsinadaEmGoiias.pdf, acessado em 10/09/2011. SANTOS, A. A., *Terra Encantada – A Ciência na Exposição do Centenário da Independência do Brasil*. *Dissertação de Mestrado*, HCTE/UFRJ, 235 p, 2010.